



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Ata da Reunião Pública da Comissão de Serviços, Obras Públicas e Fiscalização – Realizada no dia 07 (sete) de Junho de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas da manhã, no Plenário Ewerson de Abreu Sodré, localizada na Sede da Câmara Municipal de Guarapari – CMG, situada na Rua Getúlio Vargas, nº299, Centro, Guarapari, Estado do Espírito Santo. A reunião foi aberta contando com a presença Glecia Schunk (Moradora do Camurugi), Aroldo Bigossi, Rogério (Morador Adalberto), Henrique Bones, Sargento Libardi, Capitão Gilberto Júnior, Ary Ribeiro (Direto Notícias), Dinalva Fernandes (cidadã), Alessandra Marculano Bourguignon (cidadã), Josias Jesus Santos (Presidente Associação Guaravans), Leandro Rodrigues (Vans Guara), Drº Américo Mignone (Procurador da Prefeitura Municipal de Guarapari), Drª Daniela Ramos Nogueira Faria (Sub- Procuradora da Prefeitura Municipal de Guarapari), Cláudia Aparecida Mendes da Silva(Associação dos Moradores de Santa Arinda), Luciano Costa (Vereador de Guarapari), Denizart Zazá (Cidadão), Humberto Gonçalves (Vereador), Max Jr. (Vereador), Marcelo Rosa(Vereador), Léo Dantas(Vereador). Inicialmente, o Relator da Comissão Vereador Oldair Rossi, abriu a reunião e convocou para compor a mesa: Denizart Zazá, Presidente da Câmara Municipal de Guarapari Wendel Lima, Vereadora Rosana Pinheiro, Comandante Capitão Bonfim (Diretor de Trânsito), Capitão Júnior (representando a PMES), Sargento Libardi (representando a PMES), Emerson (representante do sinal dos rodoviários), Josias (Associação Guara Vans), Barrinha (Ex Servidor da Secretaria de Transportes). O Vereador declarou a importância do assunto e que o plenário deveria estar cheio, pois é um assunto de extrema importância para a população. Com a chegada de Drº Américo Mignone (Procurador) e Drª Daniele Ramos Nogueira Faria (Sub-procuradora), o Relator Oldair Rossi os convida para fazer parte da mesa de debates. O vereador manifesta sua indignação com o transporte público da cidade onde vem acontecendo vários problemas, tanto no interior como na cidade. A concessão da licitação para a empresa Lorenzutti, tem resultado em malefícios a população. Fala também que a empresa ao ser convocada para as reuniões públicas, não participou de nenhuma delas e nem envia representantes. Fala ainda que após a reunião irá se reunir com o jurídico, com a procuradoria, vereadores e o Presidente desta casa para que possam tomar alguma providência para tentar sanar esses problemas que vem sendo o transporte público. Salaria também a péssima qualidade dos transportes públicos, fala que muitos ônibus estão bem enferrujados e com isso fazendo com que a população corra risco de se machucar ou até mesmo de adquirir um tétano. Com a palavra o membro da Comissão e Vereador Léo Dantas, onde cumprimenta a todos e em especial o Vereador Zazá que foi um dos que tiveram a iniciativa para que a reunião acontecesse. Ressalta ainda a dificuldade que a população está tendo referente a esse serviço mau prestado. Quando falta o transporte todos em geral sai perdendo. Houve uma grande redução na frota dos ônibus e fala que nesse caos que está, com certeza não irá ficar. Ato Contínuo, a Vereadora

Léo Dantas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Rosana cumprimenta a todos e falou sobre a importância da reunião, ressaltou que o transporte público é de extrema importância para a população, porém o mesmo vem falhando quanto a prestação de serviço. Ressalta ainda, sobre as vans que querem seu espaço no transporte público e como seria ótimo essa prestação de serviço para a cidade. O Presidente da Comissão Oldair Rossi passa a palavra ao Presidente e Vereador Wendel Lima, onde cumprimenta a todos e de forma especial o Josias que representa as vans do município, fala ainda que não podemos fingir que as vans não existem na nossa cidade. Cumprimenta ainda a PM, bem como o Diretor de Trânsito Bonfim, cumprimenta a Prefeitura nas pessoas de Drº Américo e Drª Daniella Ramos, bem como o Procurador da casa o Drº Renan Gobbi, bem como o gerente Jurídico das Comissões Drº Gustavo Honsi. O Presidente Wendel Lima questiona o que a população deve pensar do transporte público do município. Hoje o nosso município conta com uma empresa que a licitação foi concedida no ano de 2015, onde foi um processo licitatório cheio de problemáticas jurídicas e licitatórias onde foi questionado até no Tribunal de Contas, tendo diversas notificações e ainda segue com questões judiciais que ainda não chegaram ao fim. E dentro desse projeto licitatório, a empresa concessionária deve propor aos municípios a serviço de micro-ônibus nas áreas entre centro da cidade e áreas turísticas. Porém após conseguir a licitação, a empresa não consegue e demonstra em documentos, balancetes e demais problemas, que as demandas financeiras do município não estão atendendo o financeiro da empresa, onde não está sustentando a empresa. E a empresa assim começa a falhar na prestação de serviço e abrindo lacunas para que os motoristas das vans comecem exercer suas atividades e obtendo sucesso em suas atividades em Guarapari, por conta da eficiência do serviço prestado pela empresa de transporte público. A empresa teve problemas com salário dos seus servidores, tendo na pandemia, porém veio uma ajuda do Governo Federal para os municípios que tem concessão pública do transporte coletivo. Para que idosos pudessem usar o transporte público, foi concedido uma ajuda de custo no valor de R\$1.600.000,00, onde esse dinheiro ficou por um tempo parado na Prefeitura, porque não sabia como iria ser repassado esse valor a empresa Lorenzutti, foi quando se viu a empresa de portas fechadas e a população pagando um preço por isso. Como conta na Constituição Federal que é dever do município proporcionar a população o transporte público, não tinha e logo o pessoal da van entrou em ação. Não é omissão da Câmara em regularizar esse transporte, chamado de transporte alternativo. É um assunto que tange empresa, Prefeitura Municipal e órgão fiscalizador que é Ministério Público, que deveria estar presente nessa reunião também, pois quando procuramos a Secretaria de Transporte eles nos da o retorno que foram notificados pelo Ministério Público. O Presidente fala destaca que não foi na casa de nenhum motoristas das vans em época de campanha eleitoral para prometer que se caso ganhasse o mesmo regularizaria essa situação, mas é algo que não cabe a ele pois já existe uma empresa com licitação, mais infelizmente a mesma não cumpre com o que está em seu contrato. Afirma a importância da audiência pública, onde chega em um momento importante

Les Hontas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

que de fato as vans estão proibidas na cidade e que precisamos de um olhar decisivo e definitivo da Prefeitura para dizer ao povo que não há como regularizar pois a empresa que está com a licitação não cumpri com uma parte do contrato que é por em serviço da população os micro-ônibus que até hoje não foram vistos rodando na cidade. Se a empresa não consegue atender com o micro-ônibus porque não fazer uma licitação para o transporte de pequeno porte, vans e até mesmo esses micro-ônibus. Se consta no contrato que existiria micro-ônibus porque até hoje não foi cobrado esse quesito? O Presidente Wendel direciona a palavra a Drº Américo e a Drª Daniela, e fala que é um grande gargalo o transporte público em nossa cidade, fala que ambos os lados da cidade precisam ser compreendidos. Ressalta ainda que ninguém está condenando prefeitura, nem agentes do transporte alternativo e dia ainda que não condena nem a empresa concessionária. Que está na hora de pensar como cidade, fazendo a mesma funcionar em todos setores. O vereador Oldair Rossi pede para expor as fotos dos ônibus da forma que estão rodando na cidade, cheios de ferrugens. Direciona a palavra para os responsáveis por julgar e agir pelo bem da população como Procurador da Prefeitura, Promotor de Justiça e Juízes do Município, que já obterão a quebra do contrato com a falta dos micro-ônibus, onde já foram recolhidos das ruas 24 ônibus mas os mesmos voltaram a rodar como se nada tivesse acontecido, 40 ônibus com vida útil vencida. O Vereador Oldair Rossi, culpa sim a empresa, destaca que a mesma não teve coragem de vir em nenhuma reunião pública e até mesmo audiência pública, aponta incompetência administrativa, onde leva a empresa a falência. Afirma ainda que era para o Ministério Público estarem presentes e não compareceram, agradece a Polícia Militar e aos Procuradores por sempre estarem presentes. Faz ainda um apelo aos procuradores, para que possam olhar com mais cautela e olhar pelo povo. Parabeniza as vans, pois quando a Lorenzutti estava em falência, o transporte alternativo que salva a população de Guarapari, e agora mandam prender as vans e não resolve os problemas desse caos que está o transporte público. Fala ainda que se tem que trabalhar com responsabilidade e que o Ministério Público será novamente notificado, pois tudo que é enviado dessa casa eles recorrem, destaca que foi pedido uma perícia judicial onde foi visada e beneficiada somente a empresa, mas confirma que será solicitada uma nova perícia pois já foi perdido tempo com conversa. O Vereador Oldair Rossi fala que irá se reunir com o Jurídico da Câmara para entrar na justiça contra a empresa e que se possa se instaurar uma CPI, que está aqui na casa para fazer pelo povo de Guarapari independente de quem vai doer. Em seguida, o vereador e Presidente da casa Wendel Lima, consta que fica constrangido e coloca em destaque que em momento nenhum ele foi atrás de Lorenzutti para pedir dinheiro para campanha, ressalta que conhece sim as proprietárias da empresa e desafia qualquer um presente a falar que ele foi pegar dinheiro na Lorenzutti para campanha dele. Fala que o Vereador Oldair Rossi está focando demais na empresa Lorenzutti e deixando mirar na Prefeitura, pois quando teve o processo licitatório em 2016, será que não foi visto o tempo útil dos ônibus? Onde estava a Prefeitura quando os ônibus foram pintados? Que já foi

Des. Dantas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

tentado instaurar uma CPI, mas não teve voto suficiente para que fosse para frente. Vê o quanto a polícia se mobiliza para fazer blitz para prender as vans, mas não ve nenhum documento fazendo a cobrança da empresa colocar o micro-Ônibus e que muitos ônibus que eram “amarelinhos” se tornando azul e branquinho, havendo uma transferência de CNPJ. Flala ainda que a Câmara é a casa do povo e que ele quer cobrar com todo carinho e respeito que ele tem pelo procurador. Wendel afirma que precisa de respostas da Prefeitura e quais são as providências que eles irão tomar? Poque não fazer uma licitação para as vans, onde juntamente com Governo Federal fizesse um financiamento aos motoristas das vans. Em seguida, o Presidente da Comissão Oldair Rossi, parabeniza o presidente da casa e aponta que o erro está na concessão da empresa pois antigamente eram 4 empresas e nenhum cidadão ficava sem transporte público. Ato contínuo, o vereador Denizart Zazá, que fala que ele fazia parte da Comissão que movimentou essa reunião pública, parabeniza o Presidente da Câmara Wendel Lima e o Presidenete da Reunião o Vereador Oldair Rossi e cumprimenta os demais presentes. Zazá inicia sua falando que quer propor resoluções ao problema desse transporte. Onde hoje temos um monopólio na cidade em relação a esse transporte público eque há falhas demais nesse serviço prestado. Ressalta que poderia haver outras empresas, como já tivemos em nossa cidade várias empresa atuando e nunca tivemos problemas. Assim haveria a solução nas frotas, itinerários e assim toda cidade voltaria a ter o transporte público de volta e funcionando de forma correta. Destaca ainda que muito se fiscaliza em alguns pontos mas deixando outros pontos que deveriam ser fiscalizados para atrás. Pede ainda que seja feito mesmo uma ação e que essa CPI que foi sugerida venha ter sucesso. A agradece a todos e justifica que irá se ausentar por motivos de agenda externa. Em seguida, o Vereador Oldair Rossi, onde direciona perguntas ao Procurador Dr Américo, sedo elas: Onde a empresa está errando hoje no contrato de prestação de serviço público em relação ao município, Ato contínuo, o Procurador Dr Américo cumprimentou a todos e parabeniza pela atitude desse momento. Fala ainda da importância de debater o assunto e ainda mais no momento e da forma que se encontra a prestação de serviço sob a concessão atual que é objeto da reunião. O Procurador fala que essa realidade atual é algo que já vem acontecendo a um tempo e o município não tem sido omisso a essa má prestação de serviço, que vem agindo, que vem cobrando de perto, vem punindo e que vem acompanhando tanto na via administrativa como nas vias judiciais, onde existe uma serie de descumprimentos de cláusulas contratuais por parte da empresa concessionária. Havendo descumprimento na frota, itinerário, horários, pagamentos de impostos, na idade dos veículo. Diz ainda que o município vem aplicando multas e no que pode contribuir para amenizar esse impacto na população, está sendo feito pelo município. O município entre 2021/2022 repassou em adiantamento de vale transporte no valor de R\$870.000,00 para que os trabalhadores não tivessem seu salário atrasado e fosse colocado em dia esse pagamento, o município serviu de instrumento para receber o valor de R\$1.600.000,00, mas que para esse valor fosse concedido ao município, o mesmo deveria se habilitar junto ao Governo

Leis Lomtas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Federal. E assim foi feito pelo poder executivo e assim a empresa foi detentora de receber esse valor. Não foi feita a concessão desse valor de imediato por 2 motivos, sendo ele: O Governo Federal tinha ditado uma emenda Constitucional fazendo uma medida provisória autorizando o repasse mas havia uma regulamentação precisa de como o município faria o repasse a essas empresas. Guarapari foi um dos primeiros municípios a receber esse recurso dentre os 8 do Estado que "solicitaram" essa ajuda de R\$ 1.600.000,00. Explica ainda o cuidado ao repassar esse valor, pois o salário mais uma vez estava atrasado e o acordo feito na Justiça de Trabalho que não estava sendo cumprido, e havia atraso de salário, décimo terceiro e auxílio alimentação. Sendo assim o município se reuniu com o sindicato, onde reteve esse valor e comunicou a justiça do trabalho que teria R\$ 1.600.000,00 para repassar a empresa Lorenzutti, onde fosse autorizado repassar dentro daquele processo trabalhista para verba fosse utilizada para pagamento dos Trabalhadores. A Justiça do Trabalho autorizou que o município repasse e que a empresa assim fizesse o pagamento. E assim o município fez o repasse. Atualmente há dívidas de impostos, IRSS, multas aplicadas, pagamentos de taxas, e atualmente a dívida com o município está no valor está em 7 milhões, onde o município já está cobrando 4 milhões e trezentos mil sendo cobrado em via judicial, em 5 ações fiscais. O município tem se mantido firme em relação a essa situação. Hoje existem 2 processos, e o principal delas é o de reequilíbrio econômico financeiro. Onde a empresa alegou que o município não fornece rentabilidade para que ela cumpra com o contrato que foi assinado no ano de 2016. O município não concorda com as alegações da empresa, nem com o desequilíbrio contratual, nem em relação ao descumprimento do contrato. O Procurador ressalta que para que uma empresa se proponha a fazer o processo de licitação, a mesma deveria como funciona a licitação ou pelo menos deveria, tem que saber fazer a análise da licitação, tem que estar ciente sobre suas responsabilidades ao assumir a licitação perante a sociedade. Os ônibus deveriam ser trocados em um determinado tempo, quantas linhas deveria circular na cidade e nada disso foi surpresa para a empresa concessionária, tudo que foi debatido no processo licitatório, que durou quase 1 ano e é uma empresa que já tem experiência no ramo e sabem como funciona o serviço. E aí, a empresa ajuizou uma ação judicial, que está em tramite na Vara da Fazenda Pública em nosso município. Com isso obteve uma decisão favorável onde a empresa não precisasse cumprir com as diretrizes da Secretaria Municipal de Postura da Trânsito, a procuradoria recorreu ao Tribunal de Justiça em um agravo de instrumento, onde o desembargador Annibal de Rezende Lima, que reformulou a decisão do juízo de Guarapari e determinou que a empresa seguisse as leis da Secretaria de Postura e Trânsito, isso na 1ª decisão. Nesse mesmo processo a empresa entrou que até se verificasse o reequilíbrio no contrato, ela fosse isentada de cumprir a idade útil dos ônibus e que pudesse estender a idade dos ônibus. E sendo que essa idade dos ônibus ela não é uma questão posta exclusiva do Governo Municipal, onde a idade dos ônibus vem da Lei Geral de Concessões, que é uma Lei Federal, que se tenha um equipamento em boas

Diego Santos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

condições e com segurança. E essa lei da idade dos ônibus de 10 anos, está na Lei Municipal do Município, Lei complementar 002/2006, na Legislação Municipal, portanto o município não pode fazer diferente, desde que a Lei seja alterada, mas fora isso o município tem que garantir a Lei de Segurança em favor da população. O município notificou para que a empresa fizesse a troca dos veículos, onde a empresa entrou na justiça, obteve uma decisão favorável, o juízo decidiu para não verificar somente a idade dos ônibus mas que verificasse também as questões de segurança ou não. E assim foi feito pelo Município insistentemente. A procuradoria pleiteou sobre a idade dos ônibus e obteve decisão favorável, onde a idade que está na legislação deve ser cumprida pela concessionária. O único interesse do município é que o contrato de concessão seja cumprido e o serviço seja prestado com excelência a população. O município não rescinde o contrato por ser um serviço essencial, de um contrato longo, com um investimento alto. Um contrato com durabilidade de 15 anos, onde o período inicial termina em 2031, podendo ser renovado por um período de 15 anos, desde que o contrato esteja sendo cumprido de maneira satisfatória pela população, sendo que quem decidira que esse contrato será renovado ou não, será o judiciário, pois existe uma ação de reequilíbrio financeiro. A empresa pediu uma perícia judicial para apurar quem tinha razão e quando saiu o resultado que foi favorável a empresa, o Município também solicitou uma perícia em defesa do interesse público, impugnando a perícia feita, pois favorecia a empresa de acordo com os dados que a empresa apresentou, onde o Poder Judiciário anulou a perícia que havia sido feita e determinou uma nova perícia com os argumentos apresentados pela Procuradoria. Onde no dia 1º de Junho, o Procurador esteve reunido com a equipe da perícia, empresa Lorenzutti e o Município sendo representado pelo procurador, onde a perícia já está em andamento e em alguns meses será concluída. Em seguida, o Vereador Oldair Rossi fala que com essa decisão judicial, que a empresa venha cumprir as regras da SEPTRAM, onde o vereador passa a palavra ao Capitão Bonfim e questiona o que a Secretaria esta fazendo em relação a empresa Lorenzutti. O Vereador Oldair pede que o procurador leve essa reunião ate o Prefeito, que irá oficiar a Procuradoria para que ela repasse as informações necessárias, irá notificar a SEPTRAM. Pois o vereador gostaria de todas as informações detalhadamente. Ato contínuo, o Capitão Bonfim onde cumprimenta todos, e fala que como fiscalizadores, eles fiscalizam a empresa diariamente. No ano de 2020 foram aplicadas 30 multas, no ano de 2021 foram 130 multas, 2022 foram aplicadas 760 multas e nesse ano de 2023 ate hoje 170 multas, até hoje já foram recolhidos 240 ônibus com a vida útil vencida. Já no ano de 2021 foram 54 notificações, em 2022 foram 126 notificações e em 2023 ate agora 33 notificações. Ressalta ainda que não é falta de fiscalização do SEPTRAM, e isso tem sido feito pelos fiscalizadores. Em seguida, o vereador Max Júnior cumprimenta a todos presentes, e em seguida questiona e direciona a pergunta a Drº Américo, querendo saber quem custear as passagens dos idosos, dos acompanhantes de pessoas com necessidades especiais e a metade da passagem de vale-transporte dos estudantes, onde se ha isenção mas não tem a compensação do município, e

Leo Nambas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

se esse equilíbrio econômico a prefeitura não poderia ter feito sem precisar entrar na justiça? E o que de fato falta para reincidir esse contrato? Em seguida, o Procurador Drº Américo explica que não vê a empresa como uma inimiga. A empresa é prestadora de serviço, onde esse ajuizamento da ação foi feita em 2020, onde o município não concorda com o que é alegado nesse processo. Já em 2016 houve a unificação das linhas, onde o contrato já estava assinado, e explica que a empresa com essa unificação das linhas fez com que a empresa tivesse uma redução de custo. Em seguida, com a palavra o vereador Max Júnior, ressalta sobre valores de diesel, quem em 2016 o diesel estava a R\$ 3,15, chegando no ano passado ate R\$ 8,00, onde um pneu era mil reais, agora está em média de 2 mil reais,. De fato houve um aumento, havendo os motoristas de aplicativos, os mototáxis e o transporte alternativo, onde fez com que a empresa tivesse uma queda na sua arrecadação. Em seguida, o Procurador do Município Américo, discorda do ponto de vista do vereador, por mais que ele compreenda a colocação do vereador Max. E fala que é justamente isso que está sendo discutido na ação de reequilíbrio econômico, o município não concorda com a alegação da empresa de que houve aumento dos insumos, onde em 2016 a realidade era uma e agora é outra. Ressalta que as gratuidades já estavam no contrato, e já custava no edital sobre essas quantidades. O município entende que não há desequilíbrio econômico. Atualmente não é cumprido o número de linhas inicialmente, não há o pagamento de impostos, não houve a construção da garagem prevista, não há atualização da frota, onde esses seriam despesas. As passagens são ajustadas anualmente. Ato contínuo, o Vereador Max Júnior fala que na reunião do conselho não tinha uma planilha para que pudesse acompanhar esse aumento tarifário, onde a empresa alegou que a tarifa deveria ser de R\$ 7,40 a R\$ 7,80 e o município não falou o porque a passagem deveria ser no valor de R\$ 4,30. O COMUTRAN é o órgão de representação do Poder Público e da sociedade que fixa o valor da tarifa a partir de uma planilha de tarifas, onde o procurador explica que a planilha não é o suficiente para que a tarifa seja alterada. Porque após essa planilha são feitas reuniões, onde se avalia a condição social da tarifa que seria estabelecida, que não tem um ano que a tarifa não é ajustada. Ainda fala o porque o município não ajuda a empresa, que em primeiro lugar é a questão que está em debate, mas que fora isso na legislação, na Lei orgânica consta, que proíbe que seja subvencionada a empresa de transporte público e como não existe Lei Municipal aprovada por essa casa referente a isso, a Lei orgânica que permanece no art 290. Em seguida, o Vereador Oldair Rossi passa a palavra para o vereador Wendel Lima para fazer suas considerações finais. Ato contínuo, o vereador Wendel Lima justifica que irá se ausentar da reunião por motivos de agenda externa e aproveita para parabenizar o Capitão Bonfim pelo serviço prestado ao município, onde ele tem a atribuição dele dentro da secretaria mantendo a ordem, onde Bonfim faz com excelência, parabeniza ainda Dr Américo pelas técnicas, onde sempre fala com muita calma, clareza e embasamento jurídico, que é admirável. Que a Prefeitura trabalhou para o repasse da verba, porém houve um movimento desde os sindicatos que também é um movimento

Dió Santos:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

politico, o vereador ainda fala que não podemos deixar que nossa cidade não venha ter Prefeitos compromissados em fazer e em gestar nossa cidade com excelência, uma cidade que tem tudo para crescer, para desenvolver na melhor forma possível. O município recebeu R\$ 1.600.000,00 referente a gratuidade dos idosos, por isso que chegou esse recurso. Onde a empresa poderia usar para pagar compras de combustíveis, pagamento de dívidas trabalhistas, ou seja, os salários atrasados, auxílio alimentação, que estavam atrasados. O vereador ressalta que qualquer empresa que presta serviço a prefeituras, irá sempre se beneficiar. Consta que proíbe que seja subvencionada a empresa de transporte público. E como não existe Lei Municipal aprovada por essa casa referente a isso, a Lei orgânica que permanece no art. 290. Em seguida, o Vereador Oldair Rossi, onde passa a palavra para o Presidente da Câmara o vereador Wendel Lima para fazer sua pergunta. Ato contínuo, o Vereador Wendel Lima onde justifica que se ausentará da reunião por motivos de reunião e aproveita para parabenizar o Capitão Bonfim pelo serviço que vem sendo prestado ao município, onde ele tem a atribuição dele dentro da secretaria mantendo a ordem, onde Bonfim faz por excelência, parabeniza Drº Américo pela clareza ao falar, seu embasamento jurídico que é admirável, calma e suas tecnicas. Que a prefeitura trabalhou para que o repasse da verba chegasse ate o município mas houve também um movimento desde o sindicato que também é um movimento politico, o vereador ressalta que ainda não podemos deixar que a nossa cidade não venha faltar com prefeito que não sejam compromissados em fazer e em gestar nossa cidade com excelência, onde temos uma cidade que tem tudo para crescer, para se desenvolver da melhor forma possível. O município recebeu R\$ 1.600.000,00 referente a gratuidade dos idosos, por isso que chegou esse recurso. Onde a empresa poderia usar para pagar compras de combustíveis, pagamento de dívidas trabalhistas e também poderia ter se pensado em haver uma nova frota de veículos, com esse recurso e o dinheiro repassado para Guarapari, onde limitou injustamente as dívidas trabalhistas ou seja, os salários atrasados, auxílio-alimentação que estavam atrasados. O Vereador ressalta que qualquer empresa que presta serviço as Prefeituras, irão sempre querer se beneficiar, irão visar sempre os lucros. Expõe ainda que os vereadores não são inimigos da Prefeitura, ao contrário, explica que por ser um órgão fiscalizador estão sempre trabalhando para que os problemas sejam resolvidos, onde a Prefeitura não deve ter prejuízo porque assim a população que estara perdendo e recebendo esse prejuízo. O vereador fala ainda que a Prefeitura dentro da legislação pode fazer regulamentação assim como em 2022 foram feitos 200 decretos. A Prefeitura no ponto de vista do vereador, poderia sim ter feito uma vistoria para analisar quais ônibus poderiam continuar rodando e quais deveriam ser recolhidos, os que estivessem aptos porém precisando de algum reparo, que esses pudessem ser regulamentados e os que estivessem em situação precária retirar de circulação. Que entre processos administrativos e Judiciais o povo que sofre no meio disso tudo, onde a população esta sendo penalizada, o vereador ressalta que precisamos de uma resposta positiva para a população para a população, pois havendo

Leo Santos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

processos administrativos e judiciais que já vem durando nos para se resolver e sempre é dada a mesma resposta, que a Prefeitura está resolvendo. Que não sabe como foi feita essa abordagem com o pessoal das vans, mas que ele e os demais parlamentares não estão "aqui" para enganar ninguém, muito menos o pessoal da van. Que o transporte alternativo veio para auxiliar no transporte público, gerando assim empregos e facilidade para o transporte. Solicitou que o procurador tenha um dialogo com o Prefeito para que seja deliberado a circulação, mas que sejam analisados os requisitos necessários para atender a população, o tempo de vida útil das vans, para que isso seja possível e haver melhora no transporte do município. O Vereador Wendel Lima afirma que precisa-se de esclarecimentos e que fala sobre a fala que o vereador Oldair Rossi falou sobre CPI, e que seja feita se for o caso. Onde possa ouvir a todos, sugeri que mesmo com processos administrativos e judiciais sejam aberto um processo paralelo para que seja legalizado a questão das vans. Que estando aptas, elas possam rodar e assim ajudando a população, fala ainda que se a CPI for instaurada, que juntamente com o Ministério Público, a Prefeitura faça a TAC para que a Prefeitura possa sair respaldada. O Presidente Wendel consta que por Bonfim estar fazendo o que é delegado a ele, as pessoas muita das vezes tomam raiva dele, sem pensar que o mesmo está ali para cumprir ordens superiores. Fala ainda que precisa-se de ações energéticas, juntando o técnico e o politico para que a cidade seja feita, para que a cidade aconteça para o povo. Não concorda que com esses processos administrativos e judiciais que estão em andamento, que duram anos e a população venha sofrer durante anos até que seja resolvido, a população aguarda respostas. O Presidente desta casa pede-se mais uma vez que o Procurador reúna-se com o Prefeito e trata-se essas questões técnicas, administrativas e judiciais, onde juntamente com o Ministério Público possa se ter alguma alternativa para sanar esse problema e vê essa possibilidade de vans atuando e ajudando no transporte, se ha essa chance das vans trabalharem ou não? Pois muitos dependem e precisam do dinheiro das vans para levar alimento para casa. O Vereador faz um apelo de resolução e dialogar tanto com os vereadores e com a população. Ato Contínuo, o Presidente da reunião o vereador Oldair Rossi passou a palavra para Henrique conhecido como "barrinha", que já foi gestor do transporte do municipio durante 11 anos, prestando um excelente trabalho. Com a palavra, Henrique cumprimenta todos presentes e direciona a palavra ao Vereador Max Júnio, onde questiona ao Vereador Max Júnio, onde questiona ao vereador se ele procurou saber sobre a tarifa. Onde o Vereador expõe que nos anos de 2021 a 2023 a empresa estaria fechando no 0x0 de acordo com a planilha que foi disponibilizada. Barrinha fala que a planilha não será exposta pois a mesma é uma fraude, e afirma que essa planilha não existe. Essa planilha ela é apresentada pela empresa para que a mesma possa ser aprovada pelo COMUTRAN. Fala sobre as irregularidades na licitação, destaca o valor da passagem atual que é um absurdo, sendo que não existe mais cobradores nos ônibus. Fala sobre o processo de irregularidades no transporte do município, onde fez um pedido em 2018, solicitou uma auditoria para que se houvesse

Diego Montanari



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

alguma irregularidade na empresa, o município fizesse o pedido de encampação da empresa,, ou seja, se houvesse a irregularidade a Prefeitura administraria a empresa até haver uma nova licitação. Hoje a empresa tem a dívida de 7 milhões e 28 ônibus na garagem. Fala ainda que quando assumiu o cargo, o mesmo chegou a lacra a antiga empresa de nome Asatur. E sua opinião é que o município deveria fazer o mesmo com a atual empresa que esta prestando esse mal serviço a população de Guarapari, ressalta que a empresa Lorenzutti tem 14 cnpj's, e é uma vergonha não estar na reunião para esclarecer. Henrique pede ainda que seja aberta mesmo a CPI, pois ate hoje nada foi feito. Agradece a oportunidade e o convite. O Presidente Oldair Rossi agradece a presença do Henrique e passa a palavra para a representante dos moradores do bairro Camurugi Gleicia, onde cumprimenta a todos presentes, onde a mesma faz um apelo em prol das crianças que fazem acompanhamento na pestalozzi, onde hoje essas famílias estão precisando retirar essas crianças mais cedo da escola para ir ate o centro da Cidade para poder pegar o ônibus e estarem na Pestalozzi as 13h, pois o transporte público não esta rodando no bairro. Que essas crianças com autismo, deficiências e que necessitam de serem assistidas e acompanhadas, possam ter esse transporte, porque estão sendo penalizadas de forma grave. Gleicia agradece o convite e fala que esta lisonjeada em estar representando o bairro Camurugi em uma discussão tão importante. Em seguida, o vereador Oldair Rossi convida José Maria proprietário da empresa que atuava no município antes da licitação da Lorenzutti ser contemplada e que fez com que as demais empresas não pudessem rodar mais na cidade. Com a palavra, José Maria onde fala que quando adquiriu o edital, o mesmo viu que havia nele indicações e foi onde logo acionou o Tribunal de Contas através de denúncias, pois haveria indícios de indicação, onde o Tribunal está tomando as providências e o mesmo fala que se caso haja possibilidade de voltar com o transporte público através de sua empresa, o mesmo está pronto para que a população não venha sofrer e ser punido da forma que vem sendo. José Maria fala ainda que quando a empresa Lorenzutti foi contemplada com a licitação ele teve que se desfazer de todo seu patrimônio para poder pagar funcionários, onde fala que achou falta de respeito da gestão anterior com sua empresa e afirma que estar preparado para voltar caso a Prefeitura o notifique para voltar. José Maria agradece o convite e a oportunidade de estar nessa reunião. Ato contínuo, o vereador Oldair Rossi agradece ao senhor José Maria e fala que mesmo com tanto prejuízo que o mesmo teve, ele fica feliz em saber que ele tem essa vontade de retornar com seu transporte público. O vereador Oldair passa a fala para Josias representante das vans, onde cumprimenta todos presentes e ele fala que todas as palavras que foram ditas, ele gostaria de concordar e ainda ressalta ainda que ainda sobre a fala do Presidente da casa, onde fala que as famílias das vans, hoje estão passando necessidade por não poderem transitar com suas vans, fala ainda que eles sabem o que é certo e o que é errado e que não podem fazer nem frete. Deixa claro que uma de suas vans está com mais de 22 mil reais em multas, destaca ainda que a falta de transporte público ate mesmo no Centro da cidade, onde trabalhadores

Leó Dentas:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

precisam muita das vezes descer no centro para ir a pé até seu destino pois o coletivo não está fazendo algumas rotas. Pede que o Procurador olhe para essa classe que está sofrendo e o mesmo fala que está sendo feito um abaixo assinado que será entregue ao Prefeito. Expõe a dificuldade de ter um diálogo com os responsáveis pelo trânsito e ate mesmo a Prefeitura, onde nunca podem ser atendidos e não conseguem agendar um reunião. Hoje com essa "ilegalidade", Josias fala que tem que fazer clandestinamente para poder sustentar sua casa e seus 2 filhos, sendoq ue um deles tem apenas 3 meses de vida. Josias agradece o convite e a oportunidade de estar representando os motoristas das vans. Em seguida, o Vereador Oldair Rossi fala que fará de tudo para trazer uma resposta para a população e a comunidade das vans e passa a palavra para o Capitão Bonfim, onde explica sobre a possibilidade de haver sim o frete, mas que para isso basta que as vans façam contratos contendo cnpj para que seja aprovado. Fala sobre ter anulado mais ou menos 30 multas de um dos veículos de Josias, mas afirma que sempre fez o correto e que se de alguma forma for errado, pode-se recorrer na judicialmente. Ato contínuo é concedido a palavra para Josias onde falou que não se justificar e apenas constar que infelizmente tudo aqui na cidade é tratado dessa forma, não havendo solução com diálogo e tentando fazer o certo, recorrer a justiça. Em seguida, o vereador Oldair Rossi passa a palavra novamente para Capitão Bonfim onde o mesmo fala que não é ele que julga e sim a Lei e que ele vai de acordo com o que a Legislação o respalda com o que é "julgado" por ele. Bonfim diz ainda que os motoristas das vans fizeram uma proposta de 18 mil reais, para que os agentes de trânsito falassem quando fosse ter ações de trânsito. Em seguida, um motorista de van pede a palavra e fala sobre a necessidade de estarem circulando para que possam trabalhar para pagar as prestações dos carros e sustentarem seus lares, onde fala que precisam trabalhar de forma justa e honesta e sem medo. Pede que seja feito nem que seja um documento autorizando que as vans possam transitar, ate que seja feita uma licitação ou venha ter uma resposta. Em seguida o Vereador Oldair Rossi fala para que fiquem de olho para quem fazem promessas e o que esses políticos estão prometendo. Ressalta ainda que irá tificar e irá mandar a ata da reunião para o Ministério Público, que após essa reunião irá se reunir com o jurídico da casa para solucionar esse problema. Dessa forma, não havendo mais nada a tratar declarou encerrada a reunião. Guarapari/ ES ,07 de junho de 2023. XXX

COMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS, OBRAS PÚBLICAS E FISCALIZAÇÃO


Ver. Oldair Rossi - Relator da Comissão


Ver. Léo Dantas - Membro da Comissão